

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCRN Nº 2015/000385

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: WEBERTH FERNANDES

EMENTA: FISCALIZAÇÃO. FATO 1 - MULTA NO VALOR DE R\$ 424,00 (QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) E ADVERTÊNCIA RESERVADA. FATO 2 - MULTA NO VALOR DE R\$ 424,00 (QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) E ADVERTÊNCIA RESERVADA. FATO 3 - MULTA NO VALOR DE R\$ 424,00 (QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) AGRAVADA DE 8/20 AVOS NO VALOR DE R\$ 169,60 (CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS) TOTALIZANDO O VALOR R\$ 593,60 (QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS). FATO 4 - MULTA NO VALOR DE R\$ 424,00 (QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) E ADVERTÊNCIA RESERVADA, TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 1.865,60 (UM MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS) DE MULTA DISCIPLINAR NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEAS, "C", E "G", DO DL 9.295/46, C/C ITEM 12, INCISO I, DO CEPC (NBC PG 01), COM ART. 25 INCISOS I E II DA RES. CFC 1.370/11, COM ART. 58 E ART. 59 DA RES. 1.309/10 E COM A RES. CFC 1.491/15 (FLS. 106 A 108). 1. CABE ACENTUAR O DECURSO DO PRAZO OCORRIDO ENTRE A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E A REMESSA DOS PRESENTES AUTOS A ESTE CONSELHO FEDERAL, EM GRAU DE RECURSO, SUPERIOR A 5 (CINCO) ANOS, LEVANDO À ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DA CAPACIDADE PUNITIVA AO AUTUADO. 2. O PROCESSO ULTRAPASSOU O LIMITE DE 5 (CINCO) ANOS, DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO SEM A CONSEQUENTE E NECESSÁRIA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO, NÃO NOS RESTA ALTERNATIVA, SENÃO A DE RECONHECER A PRESCRIÇÃO PROCESSUAL. 3. RESSALTA-SE QUE O LAPSO TEMPORAL DECORRIDO, REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À OBTENÇÃO DE DECISÃO DEFINITIVAS NOS AUTOS, NÃO SE OBSERVANDO O PRAZO DE EXECUÇÃO DA PENA, CUJA PRESCRIÇÃO SERIA A MESMA ADOTADA PARA O JULGAMENTO DO FEITO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: RECURSO VOLUNTÁRIO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO, EXTINGUINDO-SE O PROCESSO, COM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS DA LEI N 6.838/80 E ART. 36 E 37, PARAGRAFO 1 DA

RES. CFC N 1.603/20. UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 385ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 448ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 14/09/2022.